

Ética, escolhas e evidências

Muitas vezes somos colocados em situações em que decisões difíceis precisam ser tomadas.

Na Administração Pública, ao se deparar com tais situações, o agente público precisa propor soluções, agindo em nome da instituição que representa e, assim, passa a ser a voz e a atitude da instituição perante a sociedade.

Mas como transmitir aos cidadãos e contribuintes que aquela decisão, diante das opções existentes, se mostra melhor e a mais vantajosa para o bem comum (Art. XIV, c, do Decreto nº 1.171/1994)?

Na administração pública, a transparência é essencial para que as decisões e suas motivações sejam conhecidas. E, sabendo como se chegou a uma decisão (quais alternativas foram consideradas, que técnicos especialistas foram consultados, que evidências e resultados anteriores foram verificados), a sociedade terá confiança de que a melhor decisão possível foi a escolhida.

De acordo com o psicólogo Daniel Kahneman, prêmio Nobel de Economia, em seu livro "Rápido e devagar - duas formas de pensar" "[os

tomadores de decisão] farão escolhas melhores quando tiverem confiança de que seus críticos são sofisticados e justos, e quando esperarem que sua decisão seja julgada pelo modo como foi tomada, não apenas pelas consequências que acarretou”.

A vida é feita de escolhas; e em se tratando de administração pública, cabe ao agente público fundamentar suas decisões, expondo os motivos e razões que o levaram a fazê-la.

A transparência e respeito à coisa pública são as bases sobre as quais vamos construir uma relação de confiança entre a sociedade e o Estado.

Se quiser saber mais sobre boas práticas de governança da administração e como implementá-las em sua unidade, entre em contato com a nossa Comissão de Ética!